



ANÁLISE COMPARATIVA DE INDICADORES EDUCACIONAIS EM MUNICÍPIOS NO INTERIOR DO CEARÁ

Caroline Bento Diniz ¹
Raissa Beatriz Forte Cruz ²
Maria Cleidiane Cavalcante Freitas ³

RESUMO

Historicamente, a educação é influenciada por contextos sociopolíticos e econômicos que impactam na oferta da educação formal, isso não seria diferente no Brasil. O país desde 1990 tem acompanhado o Programa de Educação para Todos (EPT) e tem empreendido esforços para o atendimento de suas metas, através de políticas educacionais que se estendem desde à legislação, passando pelos currículos, a profissionalização docente, a assistência estudantil chegando à avaliação de sistemas. Assim, o estado do Ceará, seguindo essa lógica, cria o Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE). Diante desse fato, objetiva-se com esse estudo, verificar os indicadores educacionais dos municípios da Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação (CREDE-12), enfatizando os dados obtidos através do SPAECE na série histórica (2007-2019), nível fundamental; e, refletir sobre os possíveis avanços, contradições e/ou limites dessas políticas, bem como dos indicadores alcançados nesses municípios. A pesquisa se ampara teórica e metodologicamente no materialismo histórico-dialético e utiliza como procedimento o método misto de pesquisa combinando aspectos quantitativos e qualitativos. Nessa direção comparou-se os níveis de proficiência alcançados pelos municípios da referida CREDE. A partir disso, pôde-se perceber os municípios que se destacam por alcançar os indicadores adequados e os que margeiam os níveis críticos de proficiência. Isso exige uma análise mais aprofundada das realidades desses municípios, ao mesmo tempo que pode suscitar políticas educacionais mais situadas com as disparidades que estes municípios apresentam, bem como os limites das avaliações externas.

Palavras-chave: Avaliação de Sistemas, Políticas educacionais, SPAECE.

INTRODUÇÃO

Historicamente, a educação é influenciada por contextos sociopolíticos e econômicos que impactam na oferta da educação formal, isso não seria diferente no Brasil. Saviani (2008) aponta que entre os principais problemas educacionais enfrentados em nossas escolas são reflexos da histórica resistência das elites brasileiras em financiar a educação, mas também as descontinuidades nas políticas educacionais. Sendo assim, a educação escolar, geralmente,

¹ Graduanda do Curso de Licenciatura em Geografia - Instituto Federal de Ciência, Educação e Tecnologia campus Quixadá, caroline.bento.diniz46@aluno.ifce.edu.br;

² Graduanda do Curso de Licenciatura em Geografia - Instituto Federal de Ciência, Educação e Tecnologia campus Quixadá, raissa.beatriz.forte08@aluno.ifce.edu.br;

³ Orientadora da pesquisa, Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação pela Universidade Estadual do Ceará (PPGE/UECE), professora no Instituto Federal de Ciência, Educação e Tecnologia campus Quixadá, maria.freitas@ifce.edu.br.



passa por alterações dadas as mudanças de governo, isso se aplica tanto na esfera federal, estadual e municipal.

Nesse contexto, alguns organismos internacionais investem financeiramente na educação brasileira a fim de promover reformas nos sistemas educacionais brasileiros. Desde a década de 1990, o Brasil aderiu ao Programa Educação Para Todos (EPT), logo, a educação brasileira passou a se direcionar ao cumprimento de metas estabelecidas pelo programa financiado por organismos internacionais, tais como o Banco Mundial (SANTOS, et. al., 2014). Para o atendimento dessas metas um conjunto de políticas devem ser realizadas pelos países signatários desse programa. No Brasil teremos um arcabouço de ações que combinam mudanças na legislação educacional, na elaboração de planos e políticas curriculares, assim como programas de apoio estudantil para incremento das matrículas e desenvolvimento profissional docente, mas também, a implementação da avaliação do sistema educacional.

Nessa direção, o Plano Nacional de Educação (PNE) Lei nº 13.005, aprovado em 2014 que substituiu O PNE Lei nº 10.172/2001, provocou a elaboração e/ou adequação dos planos estaduais e municipais de educação. Com isso, o Estado do Ceará aprovou em 2015 o seu Plano Estadual de Educação como parte das políticas educacionais realizadas nos últimos anos. Assim, o estado cearense tem buscado desde então atender as metas estabelecidas em seu Plano Estadual de Educação (PEE-Ceará). Podemos dizer que, a meta número 7, a meta da aprendizagem, vem sendo monitorada por avaliações externas sejam no âmbito internacional, nacional e local. Como exemplo de monitoramento local, podemos mencionar o Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE). Sobre o qual nos deteremos mais adiante em atendimento a um dos objetivos da pesquisa, a saber: verificar os indicadores educacionais desses municípios, enfatizando os dados obtidos através do SPAECE na série histórica (2007-2019), nível fundamental; e, refletir sobre os possíveis avanços, contradições e/ou limites dessas políticas, bem como dos indicadores alcançados nesses municípios.

METODOLOGIA

Para realizar a presente pesquisa⁴, fundamenta-se no materialismo histórico-dialético, lembrando que essa perspectiva investigativa é suportável para leituras da realidade de modo qualitativo ou quantitativo. Desse modo, adotamos o modelo misto de investigação.

⁴ Este resumo é resultado do projeto de pesquisa “Análise Comparativa de Indicadores Educacionais em Municípios no Interior do Ceará”, financiado pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC/IFCE, e orientado pela professora doutora Maria Cleidiane Cavalcante Freitas.

Concordamos com Maia Filho (2009) ao inferir que a apreciação qualitativa ou quantitativa do real não se constitui em um privilégio de uma ou outra perspectiva metodológica. Embora, os discursos comumente atribuem às pesquisas quantitativas como mais apropriadas aos estudos estatísticos, enquanto as de viés qualitativo, mais voltadas para uma percepção fenomenológica. No entanto, este estudo buscou uma análise qualitativa sem dispensar uma apreciação quantitativa do fenômeno investigado como assegura Flick (2009 apud VIDAL; VIEIRA; MEDEIROS, 2014, p.12) “enquanto as características estruturais podem ser analisadas por métodos quantitativos, os aspectos processuais são objeto da pesquisa qualitativa”.

Dessa forma, a coleta de dados foi iniciada mediante a consulta de documentos públicos sobre os índices alcançados no SPAECE entre os anos de 2007 e 2019 e, posteriormente, rastrear os resultados por município e compará-los, levando-se em consideração aos níveis de proficiência apresentados nessa avaliação externa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O SPAECE passou a ser implementado em 1992 pelo Governo do Estado do Ceará através da Secretaria da Educação (SEDUC) em escolas estaduais e municipais. Constituída por três vertentes, a avaliação externa tem como objetivo avaliar as habilidades e competências dos alunos em Língua Portuguesa e Matemática, tanto no ensino fundamental como no ensino médio. Para isso, o SPAECE conta com a sua primeira vertente: a Avaliação de Desempenho Acadêmico (CEARÁ, 2009). Avalia as proficiências no 2º, 5º e 9º ano do ensino fundamental e nas séries do ensino médio.

Conforme Porfírio do Rio (2012, *passim*) “[...] tem por objetivo prover subsídios para formulação, reformulação e monitoramento das políticas educacionais [...]” além de apresentar com riqueza de detalhes o quadro geral e complexo da educação cearense, assim como perfil docente e das escolas ainda possibilita “[...] acompanhar o progresso de aprendizagem de cada aluno ao longo do tempo”.

Atualmente o SPAECE estabelece padrões de desempenho por etapas de níveis de ensino, assim para o 2º ano do nível fundamental temos: não alfabetizado, alfabetização incompleta, intermediário, suficiente e desejável; já para as demais séries dos anos finais do fundamental (5º e 9º) e do nível médio se estabeleceu os seguintes padrões: muito crítico, crítico, intermediário e adequado, assim, o sistema considera um escola eficaz quando os níveis de proficiência alcançados no SPAECE atingem as pontuações do padrão adequado; enquanto

que uma escola que apresenta um padrão intermediário, está prestes a alcançar sua eficiência, já as que se encontram entre muito crítico e crítico, requerem apoio de órgãos educacionais e políticas públicas.

Segundo o SPAECE (2023) “o desempenho escolar implica na concretização dos objetivos curriculares [...]” ele permite “[...] identificar o nível de desenvolvimento dos estudantes [...]” averiguado por meio dos testes de proficiência, assim os padrões de desempenho correspondem às tarefas que os alunos conseguem realizar diante das habilidades desenvolvidas, logo “[...] para uma escola ser considerada eficaz, ela deve proporcionar padrões de aprendizagem adequados a todos estudantes”.

Com a Avaliação de Desempenho Acadêmico, os índices de proficiência, desempenho e participação dos alunos são diagnosticados por meio da realização da avaliação, que é uma avaliação externa. A metodologia desta avaliação é constituída por duas formas de diagnosticar a aprendizagem, sendo elas: a Teoria de Resposta ao Item (TRI) aplicada no diagnóstico da proficiência média e a Teoria Clássica dos Testes (TCT) aplicada aos descritores que norteiam a avaliação.

De acordo com Gatti (2009), as escolas e os professores possuem dificuldades na interpretação dos dados obtidos no SPAECE e, conseqüentemente, na mudança em suas respectivas atividades e práticas pedagógicas. Dessa forma, os dados obtidos pela avaliação externa nem sempre refletem na realidade do espaço escolar, bem como no processo de ensino e aprendizagem.

Diante deste cenário, esta pesquisa volta-se para a análise das proficiências em Língua Portuguesa e Matemática obtidas pelos alunos do 5º e 9º ano do Ensino Fundamental entre os anos de 2007 e 2019 nas escolas da CREDE 12, mais especificamente nos últimos anos das gestões de Cid Gomes (2007-2015) e Camilo Santana (2015-2022).

Na avaliação dos níveis de proficiência em Língua Portuguesa no 5º ano do Ensino Fundamental, percebe-se que três municípios destacam-se: Ibareta acumulou os níveis fora do padrão adequado ao longo de três edições em 2010 com 148,9 pontos; 2014 com 179 e 2017 com 191,9, seguido por Quixadá em 2019 com 210,2 pontos, quando este município apresentou o menor indicador de sua CREDE; Quixeramobim se destaca por apresentar os melhores indicadores em todas as edições tendo várias escolas agraciadas com o Prêmio Escola Nota 10, em 2010 com 183,1 pontos; em 2014 com 234,9; em 2017 com 284,7 e em 2019 com 284,7.

Já em relação aos níveis de proficiência em Matemática no 5º Ano do Ensino Fundamental, é possível notar que os resultados anteriores repetem-se demonstrando que o

desenvolvimento em linguagem também pode incidir sobre o desenvolvimento dessa área do conhecimento, visto que, os mesmos municípios se destacam.

Em relação aos dados da última série do ensino fundamental (9º ano), as informações ficam menos constantes e as atenções menos concentradas, entretanto, os níveis de proficiência em Língua Portuguesa demonstram que o município de Quixeramobim apresenta os melhores indicadores na maioria das edições em 2014 com 239,8; em 2017 com 280 e em 2019 com 297,7. Em 2014, o município de Madalena alcançou o maior nível da CREDE 12, contando com 226,5 pontos. Enquanto isso, Quixadá em 2010 com 206,5 e 2017 com 237,2, Choró (2014 com 215,6 e Ibaretama (2019 com 234,4) apresentam os níveis de proficiência fora do padrão adequado.

Por fim, podemos dizer que o mesmo cenário de inconstância anterior se repete na proficiência em matemática do 9º ano. Dessa forma, Madalena alcança os melhores indicadores em 2010 com 237,7 e em 2014 com 246; já Quixeramobim apresentou em 2017 290,4 e em 2019, 326,5 pontos; enquanto Quixadá com 215,2, Choró com 216,9 e Ibaretama com 230,7 e 233, apresentaram os menores indicadores nos anos de 2010, 2014, 2017 e 2019, respectivamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com esta primeira análise, percebemos uma disparidade entre os índices de Ibaretama e os índices de Quixeramobim: no qual primeiro o município apresenta com mais frequência níveis de proficiência aquém do estabelecido como desejável, enquanto o segundo, apresenta com mais frequência níveis de proficiência estabelecidos como desejáveis. Assim, conclui-se que há disparidades entre os níveis apresentados por esses municípios na série histórica de 2007 a 2019 do SPAECE e isso exige uma análise mais minuciosa das realidades socioeconômicas, políticas e pedagógicas que podem interferir na realidade educacional.

Também é importante refletir sobre os limites das avaliações externas, pois são formuladas de acordo com uma matriz de referência as quais abordam com competências e habilidades; por estabelecer a ideia de eficácia escolar, além de outras prescrições, também pode ser considerada como um instrumento neotecnista presente no Brasil desde os anos 2000 como assevera Saviani (2008), que se constitui em uma reificação do tecnicismo e suas premissas, ora, o tecnicismo visava a eficiência da escola e para tanto, tinha no planejamento de objetivos educacionais “bem traçados” a ideia de que poderia desenvolver as habilidades necessárias aos indivíduos para sua integração no mundo produtivo, assim a avaliação seria um

instrumento capaz de aferir os resultados alcançados, se os objetivos traçados pelos especialistas em educação fossem atingidos, a escola seria considerada eficiente porque seu ensino era eficaz.

Além disso pode ser considerada como uma política de *accountability* “[...] em que a preocupação com a qualidade da educação está associada à melhoria do desempenho cognitivo dos alunos, medida pela aplicação de testes avaliativos, e com a responsabilização dos agentes públicos pelos resultados alcançados” (ARAÚJO; LEITE; PASSON, 2018) uma vez que estabelece padrões de desempenho a atingir e premiações concedidas às escolas nota 10 e alunos do ensino médio com maior desempenho o que leva também a uma responsabilização dos resultados por aqueles que não atingem os padrões estabelecidos como adequados.

Também podemos indicar que o desenvolvimento em linguagem pode interferir no desenvolvimento em matemática, haja vista que os cenários são muito próximos em relação às áreas de linguagem e de matemática.

Além disso, é importante acompanhar estes indicadores e a partir disso elaborar políticas que de fato elevem a aprendizagem da escola pública no Brasil, particularmente do Ceará, haja vista existir uma política educacional com concepções e métodos próprios estabelecidas no estado nesses últimos anos.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Karlane Holanda; LEITE, Raimundo Hélio; PASSON, Eric Ferdinando Kanai. Política *accountability* educacional no estado do Ceará: repercussões nas dinâmicas pedagógicas. **Revista Teias**. v. 19 • n. 54 • Jul./Set. 2018. Disponível em:

GATTI, B. A. Avaliação de sistemas educacionais no Brasil. **Revista de ciências da educação**. n. 9, mai/ago. 2009. Disponível em:
http://professor.ufop.br/sites/default/files/danielmatos/files/gatti_2009_avaliacao_de_sistemas_educacionais_no_brasil.pdf. Acesso em: 02 jul. 2019.

KRIPKA, R. M. L.; SCHELLER, M.; BONOTTO, D. De. L. **Pesquisa documental na pesquisa qualitativa: conceitos e caracterização**. Revista de investigaciones UNAD, n. 2, vol. 14, julio-dic, 2015. Disponível em:
<file:///C:/Users/Cleidiane/Downloads/1455-Texto%20del%20art%C3%ADculo-2720-1-10-20161122.pdf>. Acesso em: 01 out. 2020.

MAIA FILHO, Osterne Nonato. **A perspectiva dialética na pesquisa em Ciências Humanas**. In: TASSIGNY, Mônica M.; SAMPAIO, Patrícia Passos (Orgs.). Experiências e pesquisas. Fortaleza: Universidade de Fortaleza, 2009.

PORFÍRIO DO RIO, Cristiane. Baixos índices de proficiência no ensino básico público cearense: primeiras aproximações. In: SANTOS, D.; JIMENEZ, S.; VIANA, C. M. Q. Q.; RABELO, J. **Educação pública, formação profissional e crise do capitalismo contemporâneo**. Fortaleza: EdUECE, 2013.

SANTOS et. al. A política educacional brasileira e as diretrizes do programa Educação para Todos: notas críticas. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, nº 59, p.152-165, out2014. Disponível em:
<<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640353>>. Acesso em: 04 out. 2023.

SAVIANI, Dermeval. Política educacional brasileira: limites e perspectivas. **Revista de Educação PUC-Campinas**, Campinas, n. 24, p. 7-16, junho 2008a. Disponível em:
<<http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/reeducacao/article/view/108>>. Acesso: 02 jan. 2020.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 2. ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.
SPAECE Disponível em: [Avaliação e Monitoramento Ceará \(caeddigital.net\)](http://caeddigital.net). Acesso em: 10 set. 2023.

VIDAL, Eloisa Maia; Sofia Lerche VIEIRA; Willana Nogueira MEDEIROS. **Educação e território**: subsídios ao planejamento de políticas municipais na região do Maciço de Baturité, Ceará. Fortaleza: Liber Livro, 2014.